

RODADA DECISIVA



Terceira rodada de negociação do ACT dos celesquianos tem que trazer a Garantia de Emprego

Acontece hoje, dia 13 de setembro, a terceira rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/19 dos Celesquianos. Mais do que respostas, os trabalhadores esperam uma radical mudança de postura da nova diretoria de gestão, afinal de contas, não dá para aceitar mais uma "rodada do não". Não dá, também, para aceitar que uma Diretoria majoritariamente composta por empregados de carreira da empresa, negue avanços àqueles que fazem com que a Celesc seja uma das melhores Distribuidoras do país. Mais do que qualquer outros que já tenham passado pela empresa, estes Diretores sabem do esforço e comprometimento dos trabalhadores com a Celesc. Ou seja, está na hora de reconhecer e avançar.

A rodada de negociação tem que iniciar com a concessão da maior reivindicação da categoria: a extensão da Garantia de Emprego. Os empregados da Celesc têm feito esforços e debates importantes nesta luta e merecem tranquilidade para continuar trabalhando na busca pela manutenção da concessão e da Celesc Pública.

Acompanhem o Boletim da Intercel que será divulgado logo após a negociação. Vamos juntos em busca de um ACT justo!



MAURO MARIANI ASSINA CARTA COMPROMISSO

Candidato do MDB faz ressalva em documento de manutenção da Celesc Pública



Na última sexta-feira, dia 07 de setembro, mais um candidato ao Governo do Estado reuniu-se com os sindicatos da Intercel para firmar compromisso com a manutenção da Celesc Pública. Em reunião realizada no Sindinorte, em Joinville, Mauro Mariani (MDB) assinou a carta elaborada pelo sindicatos da Intercel. Ao contrário dos demais candidatos que já

assinaram o documento, Mariani incluiu uma ressalva no compromisso: "Contem com nossa gestão se eleito, a Celesc, sendo eficiente, sustentável e entregando os serviços de qualidade à sociedade catarinense, têm meu compromisso de mantê-la pública", afirma no texto.

Na reunião, a Intercel e o Representante dos Empregados no Conselho de Administração reafirmaram ao candidato a importância da Celesc Pública para o desenvolvimento do Estado, lembrando que a empresa está sempre "entregando serviços de qualidade à sociedade catarinense", sendo reconhecida como a segunda melhor Distribuidora de energia do país na avaliação do cliente. Ou seja, a própria sociedade quer a Celesc Pública!

Na reunião, a Intercel e o Representante dos Empregados no Conselho de Administração reafirmaram ao candidato a importância da Celesc Pública para o desenvolvimento do Estado, lembrando que a empresa está sempre "entregando serviços de qualidade à sociedade catarinense", sendo reconhecida como a segunda melhor Distribuidora de energia do país na avaliação do cliente. Ou seja, a própria sociedade quer a Celesc Pública!

ELETOBRAS

INVESTIMENTO DE R\$ 3,5 BILHÕES EM PRIVATIZAÇÃO

Governo golpista prevê investimento para viabilizar a venda da Eletrobras

O governo ilegítimo Michel Temer reservou R\$ 3,5 bilhões no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 para capitalização da Eletrobras, apesar de prever arrecadar R\$ 12,2 bilhões com sua privatização no ano que vem. O aporte está previsto em um projeto de lei em tramitação no Senado que visa facilitar a privatização de distribuidoras de energia da estatal, o PLC 77/2018 já aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo o texto, a União pode direcionar esse valor para a cobertura de despesas das distribuidoras da companhia com combustíveis que não foram reembolsadas por tarifas nem fundos do setor elétrico.

Procurado, o Ministério do Planejamento não se manifestou imediatamente. Na semana passada, quando divulgou o projeto de orçamento de 2019, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu que as receitas com concessões e permissões tinham partido de um cálculo conservador, considerando apenas o que já estava autorizado e a



arrecação de 12 bilhões de reais com o processo de privatização da Eletrobras, inicialmente prevista para este ano. A expectativa no PLOA é que as concessões caiam a 15,6 bilhões de reais em 2019, ante 23,1 bilhões de reais em 2018. No projeto, o maior aporte colocado pela União a estatais é para a Eletrobras, seguido pelo destinado à Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), com 2,5 bilhões de reais, e Telebras, com 1 bilhão de reais.

UNIÃO, TRANSPARÊNCIA E FUTURO PARA FORTALECER A NOSSA CELOS

Candidatos apoiados pela Intercel e APCElesc percorrem locais de trabalho apresentando compromissos de gestão

Nas últimas semanas os candidatos apoiados pela Intercel e APCElesc têm percorrido os locais de trabalho, apresentando os compromissos de gestão para o fortalecimento da Celos e a luta pela manutenção da Celesc Pública. Este trabalho coletivo deve ficar claro aos participantes da Celos: mais do que prometer é preciso capacidade e organização para garantir o futuro dos celesquianos e de suas famílias.

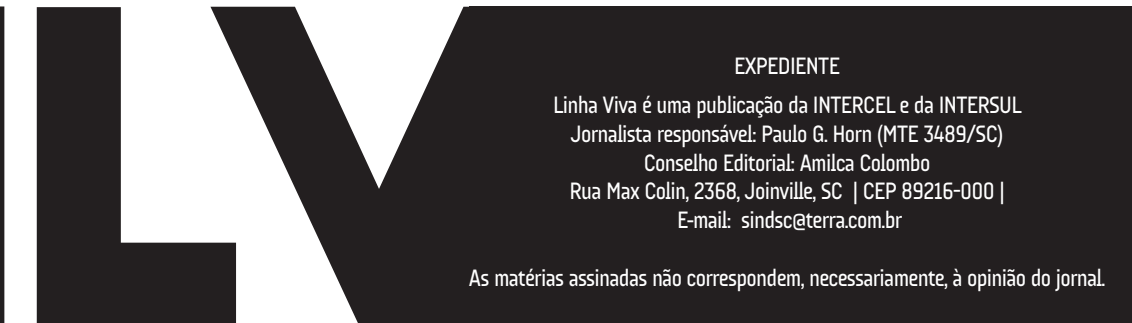
A Celos tem sido alvo de difamação e ataques que geram dúvidas e incertezas na cabeça dos participantes. Grupos com interesse meramente financeiro têm tentado - em vão - desestabilizar a Fundação. É o caso da famigerada Ação Civil Pública do Instituto Inbras, que teve novo revés, com a justiça condenando os propositores por litigância de má-fé.

Na percorrida da campanha os companheiros apoiados pelas entidades representativas têm apresentado propostas concretas de administração com atuação conjunta. Diretores

e Conselheiros deverão trabalhar se ajudando e buscando o melhor aos participantes. Essa atuação conjunta é importante para equilibrar forças perante a patrocinadora, defendendo os direitos e as conquistas que marcaram os 45 anos da nossa Fundação.

Além disso, o compromisso maior das candidaturas coletivas é a transparência. O projeto de dar ampla divulgação de atos administrativos e investimentos da Celos - iniciativa dos candidatos da Intercel e APCElesc - será mantido e ampliado, possibilitando aos participantes o acompanhamento dos resultados da Fundação.

Para dar continuidade ao fortalecimento da Celos, só há um caminho: o coletivo. Por isso, no dia 19 de setembro vote HENRI CLAUDINO para Diretor Administrativo-financeiro; Paulo CESAR DA SILVEIRA para Diretor de Segurança e também nos companheiros CLEBER E OSMAR E BENHOUR E MÁRIO, chapas 1 e 2 do Conselho Fiscal.



EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: Amílca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CEREJ

PRESIDENTE E DIRETORIA DA CEREJ AMEAÇAM COM PROPOSTAS DE TERCEIRIZAÇÃO

Retirada de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho abre caminho para terceirização e para precarização no atendimento aos cooperados

A negociação do acordo coletivo de trabalho dos trabalhadores da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL SENADOR ESTEVES JÚNIOR - CEREJ, cuja data base é maio de 2018, já se estende até setembro. Até aqui, os trabalhadores aceitam a proposta referente às cláusulas econômicas. Contudo, emperra em relação às cláusulas sociais, mas com ênfase para uma cláusula de grande importância para os trabalhadores: a que trata da terceirização. A proposta apresentada pela CEREJ é de reduzir a amplitude de cláusulas importantes para os empregados: busca reduzir o prazo de vigência das cláusulas sociais que são renegociadas a cada dois anos. Além disso, numa lógica de fragilização da estabilidade do próprio vínculo de emprego dos trabalhadores, além de abrir a sinistra oportunidade para iniciar um processo de precarização do trabalho em qualquer área profissional da CEREJ, o presidente e a diretoria querem extirpar (retirar sem qualquer possibilidade de negociação) do acordo coletivo de trabalho a Cláusula 54, que expressamente prevê "A CEREJ compromete-se a não efetuar a terceirização da mão de obra de atividades fim, evitando assim a criação de passivo trabalhista".

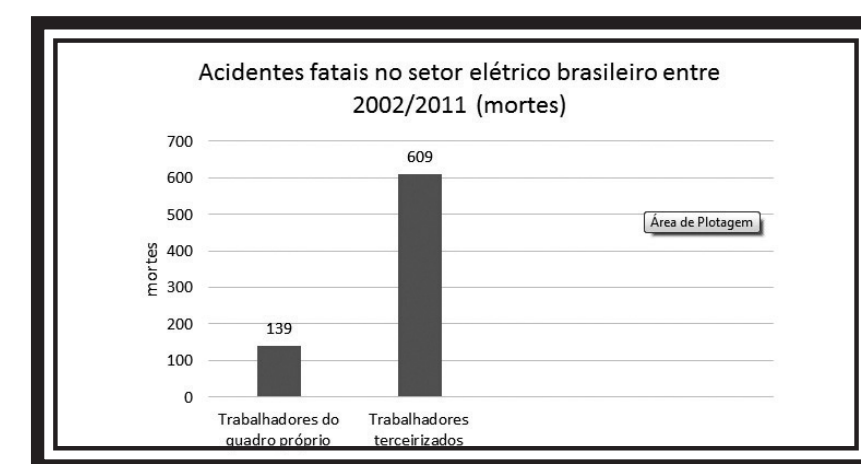
Os trabalhadores, em assembleias, discutiram e rejeitaram a retirada daquela cláusula, considerando que abriria caminho para a terceirização irrestrita das atividades desempenhadas pelos empregados da Cooperativa. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, entende que o presidente e a diretoria da CEREJ indicou uma comissão de negociação que se demonstrou sem autonomia para negociar. Tal afirmação se comprova pelo fato de que na última reunião, quando a comissão de negociação da CEREJ apresentou uma proposta de alteração daquela cláusula, o presidente e a diretoria fizeram

pouco caso, orientando a comissão a voltar atrás nas negociações e informar aos trabalhadores que só será aceitável, para fechamento do acordo, a retirada de qualquer limitação para terceirização.

O Sinergia repudia a ausência do Presidente da CEREJ na mesa de negociação, visto que transformou a comissão de negociação em mero agente de recados, pois lhes retirou qualquer autonomia para dialogar. A atitude do presidente e da diretoria de desautorizar a proposta discutida em mesa caracteriza um desrespeito aos trabalhadores e às boas relações que são cultivadas entre o sindicato e a CEREJ desde o início do processo de negociação. Entendemos que a insistência da retirada dessa cláusula por parte do presidente e da diretoria traz implícita uma visão reducionista da dignidade do trabalho, incompatível com a proposta cooperativista. Na verdade, o presidente e a diretoria iniciam, com sua irredutibilidade para negociar, um processo de desvalorização dos empregados da CEREJ, pois não há outra intenção, por parte deles, senão aquela de fragilizar os postos de trabalho e, no limite, demitir trabalhadores para substituí-los por outros terceirizados com menores custos salariais e direitos sociais reduzidos.

Abre-se também o caminho para outra hipótese ainda menos civilizada para as relações do trabalho: a demissão e a provável recontração dos mesmos empregados, mas dessa vez como pessoas jurídicas sem direitos trabalhistas. Os trabalhadores devem permanecer atentos ao risco que correm, pois declarações no sentido de que a implantação da terceirização não visa demitir seus empregados não podem ser levadas a sério. Se o presidente da cooperativa e sua diretoria não estivessem a esconder segundas intenções, contrárias ao interesse do trabalhador, negociariam de fato.

A proposta do presidente e da diretoria da CEREJ para abrir irrestrita-



mente as portas à terceirização vai impactar tanto na qualidade do trabalho dos funcionários da cooperativa quanto na entrega do serviço que será dada posteriormente à população. É nossa obrigação chamar a atenção sobre a necessidade de se conscientizar a população sobre as mudanças e riscos que a terceirização traz. Precisamos fazer um movimento de alerta aos associados da CEREJ que sofrerão, com certeza, o prejuízo do fornecimento de energia de qualidade caso a CEREJ implante medidas de precarização do trabalho.

Com as mudanças propostas, é possível contemplar, num futuro próximo, a precarização dos serviços e das condições de trabalho bem como o aumento das tarifas acima dos índices de inflação, já que temos históricos de diversas empresas no Brasil que seguiram por esse caminho. Perguntamos: é isso que os sócios da Cerej desejam?

FIM DE UMA ERA

POR LUIS NASSIF

Pioneira nas privatizações do serviço público, o Reino Unido promoveu, nos últimos dias, o controle estatal de uma prisão e uma ferrovia. Os dois episódios serviram de gancho para um balanço das privatizações inglesas pelo jornal francês Le Monde.

Chefe da Pesquisa da Unidade de Estratégia de Serviços Europeus, Dexter Whitfiel entende que se está chegando ao fim da era Thatcher. A reversão da tendência poderá ter repercussões profundas em outros países europeus.

O presídio foi nacionalizado depois de uma inspeção de Peter Clarke, diretor da Inspeção Prisional Britânica, na penitenciária de Birmingham. Encontrou nos chuveiros roupas manchadas de sangue cercadas por excrementos de ratos; vestígios de vômito e sangue; um preso em estado de choque, sentado nas molas de uma cama que teve o colchão roubado por outros presos. Durante a inspeção, nove carros foram queimados em um estacionamento normalmente reservado para os funcionários.

No dia 16 de agosto, Clarke ordenou ao estado que assumisse a direção da prisão, que era administrada desde 2011 pela empresa privada G4S.

O caso foi explorado pela oposição. Sem admitir o fracasso das privatizações, o governo britânico nacionalizou diversas companhias privatizadas, como a companhia ferroviária East Coast Main Line, que operava trens em uma linha que ligava Londres a Edimburgo.

Tão influente que era tratada pela oposição como "a empresa que administra o Reino Unido", a Carillion faliu. Ela operava centenas de cantinas escolares, limpava hospitais, fazia a manutenção de quartéis.

Pioneira nas privatizações, a Inglaterra está repensando radicalmente o modelo, diz a reportagem.

Liderados por Jeremy Corbyn, a oposição trabalhista está pedindo a nacionalização das principais empresas de água, eletricidade, gás e ferrovias. As pesquisas indicam que mais de três quartos dos ingleses são a favor.

O mesmo destino aguarda as PPPs (Parcerias Público-Privadas). Nos últimos dez anos, houve cerca de 50 PPPs por ano. Em 2017, apenas uma PPP havia sido concluída.

De acordo com o National Audit Office, as PPP se tornaram extremamente onerosas: os 700 contratos em andamento vão exigir reembolsos de 199 bilhões de libras (221 bilhões de euros) até a década de 2040.

Paradoxalmente, há enorme semelhanças com os excessos que ocorreram no antigo bloco soviético.

A privatização britânica foi radical. Privatizaram-se a água, a eletricidade, o gás e as ferrovias, e uma infinidade de serviços públicos do dia-a-dia, como call centers de prefeituras, estacionamentos e coleta de lixo, assistência social a pessoas com deficiência, reintegração de presos libertados sob fiança.

Entrevistada, Abby Innes, da London School of Economics, explicou que "ao tentar criar um mercado em áreas que não comportam mercado, o estado britânico teve que embarcar em um tipo de planejamento socialista".

Todas as PPPs são reguladas por contratos. Em projetos simples, como limpar hospitais ou cuidar de jardins, os contratos dão conta. Mas em áreas de difícil quantificação – como ajudar a reintegrar presos –, os abusos se tornaram comuns. E fica impossível quantificar, planejar e definir metas.

O mesmo ocorreu com os serviços públicos de água, gás e eletricidade.

Tanto Clement Attlee, que comandou as nacionalizações no pós-guerra, como Margareth Thatcher, que implementou as privatizações, diziam que importa a regulação. Mas, segundo Dieter Helm, professor da Universidade de Oxford, desde 1989 dezoito empresas mantêm monopólios regionais de água por prazos ilimitados. De 2007 a 2016, elas distribuíram 95% de seus lucros para acionistas. Portanto, reinvestiram apenas 5% no seu negócio. Em vez de ser reinvestido em benefício dos consumidores, o dinheiro fugiu do setor. Tudo graças à regulação implementada.

Não que a situação fosse melhor antes. Quando eram públicas, as empresas também foram subcapitalizadas pelo receio dos políticos em aumentar as tarifas.

Também nas ferrovias privatizadas não houve aumento de oferta de assentos e os preços aumentaram. Mas a solução não é meramente a nacionalização dos serviços, diz Helm. Os trens, por exemplo, convivem com pistas não eletrificadas e com apenas uma linha de alta velocidade. Houve problemas de responsabilidade compartilhada na linha principal da costa leste, renacionalizada em maio. Para ganhar seu contrato, Virgin e Stagecoach prometeram pagar ao Estado 3,3 bilhões de libras (3,7 bilhões de euros) entre 2015 e 2023. Contavam com um aumento acentuado no número de passageiros, que deveria vir, em especial, de pistas melhoradas no norte da Inglaterra. Mas a Network Rail, a empresa nacionalizada que controla a rede ferroviária, não investiu.

Da mesma forma, a crise da prisão de Birmingham pode ter vindo da má gestão da G4S, mas não exclusivamente. Todas as penitenciárias estão em crise, porque a população carcerária dobrou desde a década de 1990 e o número de carcereiros caiu um terço desde 2010, com as políticas de austeridade implementadas.

O que impõe uma conclusão, segundo o Le Monde: sejam serviços são subcontratados ou não, privados ou não, o Estado não pode fugir de sua responsabilidade como investidor e regulador.